



“O CÃO CELEBRA COM O RABO, MAS MORDE
COM A BOCA”

pistas iniciais para a produção de uma dança preta

EL PERRO CELEBRA COM SU COLA PERO MORDE
COM SU BOCA

pistas iniciales para producir una danza negra

“THE DOG CELEBRATES WITH ITS TAIL BUT BITES
WITH ITS MOUTH”

initial clues for producing a black dance

Victor Hugo Neves de Oliveira¹

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de apresentar a experiência dos quilombos como um ato de resistência colonial, relacionado não apenas com a negação sistêmica da estrutura vigente, mas sobretudo com um modo criativo de organizar possibilidades alternativas e contra-hegemônicas ao sistema social. Partimos da observação das universidades e dos currículos dos cursos superiores em dança como espaços de reprodução de conhecimentos racistas e opressores para tratarmos a possibilidade de uma experiência de aquilombamento na produção científica em dança.

PALAVRAS-CHAVE: aquilombamento, corporeidade preta, racismo institucional.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una experiencia de quilombos como un acto de resistencia colonial, relacionado no solo con una negación sistémica de la estructura actual, sino principalmente con una forma creativa de organizar alternativas contrahegemónicas al sistema social. Partimos del análisis de las universidades y del plan de estudios de los cursos de educación superior en danza como espacios para la reproducción de conocimiento racista y opresivo para abordar la posibilidad de una experiencia de aquilombamiento en la producción científica en danza.

PALABRAS CLAVE: aquilombamiento, corporeidad negra, racismo institucional.

ABSTRACT

This article aims to present an experience of quilombos as an act of colonial resistance, related not only to a systemic denial of the current structure, but mainly as a creative way of organizing counter-hegemonic

¹ Artista preto. Professor do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Artes/ProfArtes. Doutor em Ciências Sociais (UERJ) com estágio doutoral em Antropologia da Dança (Université Paris-Nanterre). Mestre em Ciência da Arte (UFF). Bacharel em Dança (UFRJ). E-mail: dolive.victor@gmail.com. Coordena o Grupo de Pesquisa em Antropologia-Dança.

alternatives to the social system. We start from the analysis of universities and the curricula of higher education courses in dance as the spaces for the reproduction of racist and oppressive knowledge to deal with the possibility of an quilombola experience in the scientific production in dance.

KEYWORDS: quilombola experience, black corporeity, institutional racism.

* * *

Introdução

A imagem do cão que celebra com o rabo, mas morde com a boca dá o que pensar. Dá o que pensar porque leva as pessoas a reconhecerem o conflito em uma mesma figura. A imagem representa uma disputa de interesses, intenções e os modos através dos quais uma mesma entidade pode executar ações antitéticas e contrárias. Expressão popular de rara utilização, a imagem do cão que celebra com o rabo e morde com a boca pode ser associada a inúmeras realidades em nossa sociedade, chamando-nos a atenção para os diversos resultados que podem advir das nossas relações com as coisas, com as pessoas e com o mundo.

Neste artigo, a imagem do cão é associada a educação no contexto universitário; a celebração do cão representa a relação da instituição com propostas vinculadas à manutenção das convenções e a elaboração de teorias progressistas que não buscam ser implementadas, já a agressividade indica a reação às dinâmicas inventivas que buscam, de fato, transformar o panorama hegemônico. Essa imagem funciona como uma metáfora para tratar das relações coloniais que estão arraigadas à experiência universitária em seus processos educacionais.

A educação tem sido utilizada, prioritariamente, como um espaço de reprodução das práticas sociais. Os modelos educacionais vigentes em nossa sociedade promovem a manutenção dos mecanismos culturais que asseguram a conservação da ordem social estabelecida e criam forças produtivas fazendo com que os indivíduos sejam conformados à posição que ocupam na sociedade. (CESAR & NETO, 2019). E, as universidades vem cumprindo, ao longo dos tempos, uma função contraditória e ambivalente, tendo em vista que se de um lado reproduzem as convenções das estruturas

sociais e formam forças produtivas; do outro lado, estimulam e perseguem ações individuais disruptivas, performativas, inovadoras e contra-hegemônicas.

Situada num contexto social opressor baseado em práticas classistas, racistas, sexistas, lgbtfóbicas, em suma, excludentes, as universidades brasileiras são opressoras e localizam a produção do conhecimento em uma lógica produtivista diretamente associada ao mercado financeiro. O projeto de universidade brasileira tem a função de consolidar discursos hegemônicos e de estimular a produção da força de trabalho através da formatação de currículos impregnados de colonialismo e a serviço da promoção e manutenção das desigualdades. Podemos considerar, portanto, que a universidade é um espaço de exclusão cujos processos de ensino-aprendizagem se baseiam em práticas elitistas, discriminatórias e racistas.

Desse modo, apesar de nos últimos anos, com a Lei no 12.711/2012, as instituições de ensino superior brasileiras terem adotado ações afirmativas, por meio de reservas de vagas, como políticas de combate às desigualdades sociais e às reparações históricas, favorecendo a entrada de grupos de estudantes não-brancos nas universidades, devemos considerar que este ingresso não teve automaticamente o poder de fortalecer politicamente os sujeitos não-hegemônicos.

Partindo desse pressuposto, observamos que a educação universitária opera como um espaço estratégico de colonização e dominação, a partir de processos de cooptação dos sujeitos não-brancos para a exploração e subalternidade. Entendemos por colonização aquilo que Santos (2015) compreende por todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio e subjugação. E, depreendemos que participar da universidade reproduzindo, irrefletidamente, a sua estrutura, significa corroborar a exclusão de narrativas, experiências, presenças e corpos não-hegemônicos.

É imperioso entendermos que a universidade não é uma arena neutra, mas sim um espaço de constantes disputas, um espaço de políticas e se faz necessário ocupá-la e transformá-la em um projeto antirracista. O

interesse no contexto universitário, nesse artigo, se situa nos efeitos da colonização na formação dos profissionais de dança. Pretendemos chamar atenção para a urgência da constituição de uma dimensão de aquilombamento (VEIGA, 2019) instaurada por uma rede de produção que busca a promoção de encontros de gente preta com gente preta no contexto da dança produzida nas instituições de ensino superior.

Dança e universidade: relações racistas

Como aponta Aquino (2001), o ensino da dança na história da universidade brasileira é relativamente recente. A formação do profissional de dança, durante a primeira metade do século XX, circunscreveu-se, quase que exclusivamente, aos teatros municipais das grandes cidades. Foi apenas a partir da década de 1950 que se verificou a implantação do primeiro curso superior em dança no Brasil, na Universidade Federal da Bahia (1956). E, é a partir da década de 1990 que se percebe um significativo aumento da oferta de cursos de dança nas universidades brasileiras.

O principal objetivo da inserção da dança no contexto acadêmico foi o de proporcionar uma formação participativa, ativa e criativa onde os processos artísticos e educacionais se relacionassem com os temas contemporâneos. Nas universidades de dança, os indivíduos aprendem a exercer com competência e ética determinados papéis, correspondendo, ao mesmo tempo, às exigências legais do exercício da profissão.

Entretanto, os efeitos da colonização na produção das subjetividades, na elaboração do conhecimento e na definição dos perfis profissionais, apontam para um grave problema no ensino da dança nos cursos superiores: um problema de cunho racista. Os currículos relacionados com a estruturação dos projetos políticos pedagógicos desses cursos privilegiam referências de dança historicamente associadas a uma perspectiva dos centros de discussão de base eurocêntrica e norte-cêntrica, ou seja, hegemônicas. São currículos, portanto, impregnados de colonialismo.

Nesses espaços, os saberes contra-hegemônicos são, constantemente, associados a uma perspectiva folclórica, exótica, étnica e popular. O eurocentramento faz com que se crie uma distância entre os modos de conhecimentos vividos nas instituições de ensino e aqueles outros relacionados com as realidades dos sujeitos. A cultura dos excluídos, das lideranças orgânicas e do associativismo comunitário, da economia solidária, ameríndia, afro-sul-americana, dos nativos, da interculturalidade é aprendida como um fenômeno associado ao passado, uma prática arcaica e tradicional. E, o corpo preto e seus saberes, fortemente, negligenciados.

De acordo com Veiga (2019), o corpo preto é o resultado de uma experiência diaspórica baseada no desterro, na desintegração e na destruição de laços afetivos num sistema político onde o sujeito preto era/e ainda hoje é objetificado como mercadoria. Essa objetificação, marcada pelo desprezo projetado sobre as corporeidades pretas, se dá a partir da negação do valor da pessoa preta como pessoa e se perpetua numa sociedade onde pessoas brancas ocupam posição de poder em detrimento às não-brancas.

Assim, ao limitar-se às conceituações brancas sobre o domínio do movimento, a formação coreográfica no contexto das universidades brasileiras deixa de contemplar uma grande parte das experiências de vida e dos saberes corporais dos estudantes pretos e pretas. O corpo preto é ignorado, na grande maioria das graduações em dança. E, o corpo preto contemporâneo é constantemente ausente.

As subjetividades que integram as minorias étnicas não se sentem representadas nos centros universitários de formação em dança. Os corpos são convidados a integrar e participar de um padrão de execução de movimentos que, muitas das vezes, não dialogam com suas histórias. São violentados de um modo destruidor, sofrem uma violência colonial que inclusive dificulta reflexões sobre os modos de funcionamentos racistas nas aprendizagens e nas construções coreográficas. Aquilo que Veiga (2019) chama de “efeito diáspora”, a sensação de não ser integrado aos modos de produção de conhecimento, de não se perceber pertencente ao ambiente em que se vive e de não ser incluído nas dinâmicas sociais numa posição

equânime com os demais membros da sociedade. Um efeito provocado por políticas contrárias à população preta.

Por isso, afirmamos que vivemos num país antinegro. E, diante disso, se faz imperioso e fundamental pensarmos o fato de, apesar de 54% da população do país ser composta por pretos e pretas, a dança brasileira, desenvolvida nos centros universitários, ser branca. Esse dado nos leva a buscar uma experiência urgente de aquilombamento como um exercício de reorganização epistemológica das produções pretas sobre os temas coreográficos tradicionais e contemporâneos.

Aquilombar-se como ação descolonial

A ideia central do movimento de aquilombamento como uma ação de reorganização epistemológica e valorização das corporeidades pretas nas universidades surge das várias estratégias e mobilizações impetradas pelos quilombos ao longo da história do Brasil. O aquilombamento é, portanto, uma ação contínua frente aos antagonismos que desenham dificuldades para a experiência do corpo preto na vida social. Definir o aquilombamento é criar formas de convivências entre pretos, é fomentar encontros e estruturar agrupamentos, é, em suma, valorizar a pretitude.

Segundo Nascimento (1982; 2006), o fenômeno quilombo caracteriza-se por uma unidade de resistência étnica e política. Em seus estudos, a autora revela que o quilombo se originou entre os povos de origem bantu, os imbagalas, que denominavam de kilombo os ritos de passagem através dos quais incorporavam jovens de várias linhagens à sua sociedade. Assim, o termo indicava os modos organizativos a partir dos quais os sujeitos se incorporavam à sociedade imbangala. Outros significados estendiam-se ao território ou campo de guerra onde se realizavam os rituais de iniciação e ao acampamento de escravos fugitivos a partir dos quais os imbangalas estabeleciam o comércio negreiro com os portugueses.

No Brasil, a primeira referência a quilombos em documentos oficiais data de 1559, mas somente em 1740 as autoridades portuguesas usam o

termo como referência para as habitações de negros fugidos que passassem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tivessem ranchos levantados nem se achassem pilões neles. Essa definição apresentava a fuga como elemento fundamental da formação dos quilombos: a principal estratégia de enfrentamento e confronto ao controle colonial.

A densidade histórica dos quilombos aponta para a realidade do preto no Brasil como uma experiência de resistência, ou seja, explícita a experiência de um sujeito histórico combativo ao sistema opressor. Mas, ao tratarmos de resistência, entendemos a perspectiva do aquilombamento como um processo histórico de luta pela existência. Aquilombar-se é existir, é criar relações.

A experiência de aquilombamento que desejamos instaurar nos contextos universitários não se vincula a fuga, mas ao encontro, a existência, ao ato de dar-se a ver e, com isso, notabilizar-se. Pretendemos defender, assim como Moura (2001) a passagem da consciência do preto fugido para a consciência do preto quilombola que faz do seu corpo, da sua ancestralidade e da sua dança uma expressão de protesto radical. Aquilombar-se é um movimento social transgressor.

Por isso, neste artigo, pretendemos chamar a atenção para o deslocamento da categoria quilombo de uma arena histórica para uma ambiência ideológica como um símbolo de resistência étnica e política. Assim, se outrora a noção de quilombo servia como forma de reação ao colonialismo sistêmico e estruturado socialmente; atualmente, a expressão combate novos modos de dominação, opressão e colonialismo racial.

Entendemos, portanto, que a experiência quilombola é uma experiência de resistência e uma possibilidade de existência em uma sociedade fortemente marcada por lógicas racistas. Um ato de convivência e articulação social baseada em relações solidárias e contra-hegemônicas. Afinal, a ideia do quilombo como confronto à ordem imperial deriva da ampla sociabilidade através da qual vários atores sociais interagem. Um território contra colonial e criador cuja base é a existência étnica e política em relação (GOMES, 1995). Um espaço político contra a opressão. E,

compreendemos que o quilombo representa uma arena de sociabilidade preta, intimamente política, representativa de disputas, lutas, reajustamentos, negociações, alianças e relacionamentos que buscam instaurar o desgaste à ordem e a crise à estrutura.

A experiência do aquilombamento, a partir de um lugar de composição de corpos pretos nas universidades de dança, se configura como um ato de descolonização: uma habilidade não apenas de negar aquilo que está posto como prática colonial, mas de gerar forças criativas a partir daquilo que se nega. Tal qual afirma Santos (2015), a ideia é organizar processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, assim como os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Promover aquilombamentos é criar ações descoloniais que ressignifiquem de modo consciente os mecanismos de dominação.

Sobre danças pretas

Partimos da ideia de que existe uma corporeidade preta nas universidades de dança do Brasil. E, que essa corporeidade se encontra dispersa pelos mecanismos de dominação acadêmica. Como anuncia Veiga (2019), nosso inconsciente é colonial porquanto a colonização não se baseia apenas na capacidade sistêmica de colonizar territórios geográficos, mas também na capacidade de colonizar territórios existenciais, o inconsciente.

Muitos indivíduos pretos que se encontram nas universidades estão tomados de sofrimento psíquico por serem pretos e experimentam o desejo de se aproximar da branquitude. Esta condição psicológica debilitante, estimulada pelo fato de não se sentirem representados, insere os indivíduos pretos em uma esfera de subjugação e subalternidade.

As universidades de dança ao adotarem referencialidades brancas nos formatos de pesquisa de movimento, nos processos de composição coreográfica, nas repetições de partituras gestuais fazem com que privilégios e exclusões sejam mantidos nas práticas educacionais e artísticas. Por isso,

a crítica à importação de padrões de movimentos brancos é importante, ela questiona campos privilegiados e inaugura possibilidades de se pensar uma educação antirracista. O que nos faz perceber que é necessário reavaliar a presença preta no âmbito da dança.

É sabido que a tradição do pensamento ocidental vem ao longo dos tempos estigmatizando todo modo de produção de conhecimento e de elaboração de práticas artísticas que escapam as lógicas eurocentradas. Esse processo de estigmatização é, constantemente, construído a partir de um viés racista, segregacionista e discriminatório conhecido como epistemicídio.

O epistemicídio é a colonização do conhecimento e a recusa dos saberes de determinados povos. É uma estratégia que remonta ao racismo na produção intelectual consolidada na ação de negar a capacidade dos povos não-brancos de produzir conhecimento. Em lugar de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2006) ou de uma convivência e interdependência de modos diversos de saberes, impõe-se um paradigma de conhecimento e de reconhecimento hegemônico, o qual, via de regra, não privilegia a cultura das minorias.

É necessário deslocar o conhecimento hegemônico, branco e ocidental do lugar de referencialidade única e problematizar os modos através dos quais múltiplos processos de aniquilamento das habilidades cognitivas se desenvolvem nas universidades de dança. Discutir o epistemicídio nas universidades é problematizar o genocídio da população preta e provocar a promoção de sujeitos insurgentes e insubordinados.

Acreditamos que o aquilombamento é uma força de recusa, uma potência de insubordinação, uma capacidade de dizer não para as construções hegemônicas (MBEMBE, 2017) e é a partir dessa ideia que provocamos estratégias de ação que podem estreitar laços e possibilidades de convivência entre as pessoas pretas.

No contexto universitário, professores, estudantes, pesquisadores, técnicos administrativos e gestores pretos devem se reunir e buscar soluções antirracistas para as questões que atravessam a experiência das corporeidades pretas. Se os currículos estruturam a produção do

conhecimento a partir de parâmetros eurocêntricos, é necessário criar discussões sobre este currículo, pensar em estratégias de elaborações de novos componentes curriculares e ementas. Se as referências bibliográficas, utilizadas nos diálogos com os saberes, e as aprendizagens dos processos de produção coreográfica estão relacionadas às lógicas brancas é imprescindível convocar e pressionar as pessoas responsáveis pela elaboração dos projetos políticos pedagógicos e encontrar forças e representatividade nos núcleos docentes estruturantes ou nas organizações pretas externas às universidades a fim de promoverem as readequações dos processos e dimensões do conhecimento. Se existe ausência de núcleos de pesquisadores ou professores pretos se faz urgente reconhecer a composição racista dos profissionais envolvidos com as políticas de ensino-pesquisa e pressionar a instituição na elaboração de concursos que considerem e determinem o ingresso de profissionais pretos. Se os projetos de extensão não contemplam as comunidades pretas que apresentam, em sua maioria, altos níveis de vulnerabilidade econômica e social, se faz urgente exigir políticas de reajustamentos sociais e simbólicos.

Reunir os grupos de pessoas pretas em contextos políticos é fundamental para as estratégias quilombolas transgressoras. Esse é o primeiro passo. Mas, existem muitos modos de reunião e, nesse caso, algumas estratégias de aquilombamento podem ser levantadas com o objetivo de estimular e compartilhar procedimentos possíveis: i) seleção e organização de planos de curso que favoreçam a discussão sobre o racismo na experiência social, artística e pedagógica; ii) produção de textos, vídeos e conferências que apontem e promovam as produções coreográficas pretas a partir de formatos acessíveis e democráticos; iii) criação e gestão de grupos de pesquisa e/ou extensão cujos objetivos sejam, prioritariamente, a produção de referências pretas; iv) geração de intercâmbios artísticos e culturais entre pesquisadores, professores e estudantes pretos-pretas e convites para que as populações pretas aquilombadas em contextos externos aos das universidades possam comunicar suas experiências dentro das

instituições de ensino superior; v) organização de eventos com temáticas pretas; dentre muitos outros.

É imperioso que pretas e pretos se reúnam e conversem de modo sistemático e crítico. As intervenções de pretas e pretos no processo de ruptura com as tradições eurocêntricas e norte-cêntricas que desenham o panorama da dança como conhecimento no Brasil adquire forças a partir das experiências de aquilombamento. O encontro entre pessoas pretas é o caminho para que nos recuperemos dos efeitos nocivos da colonização. Uma estratégia para recuperarmos aquilo de que somos feitos.

É, em suma, a experiência do aquilombamento que irá produzir os sentidos na produção de uma dança preta; uma dança produzida por pretos e para pretos. Uma forma de perceber afirmativamente o movimento, a dança, o corpo baseado em princípios descoloniais.

Considerações Finais

Em um de seus escritos intitulado “A Teoria como Prática Libertadora”, hooks (2017) afirma que não é fácil dar nome à nossa dor e teorizar sobre os fenômenos opressores que nos atingem em uma sociedade estruturada a partir de uma lógica patriarcal, racista e capitalista. A autora, então, compartilha ideias sobre a dificuldade de teorizar e o trabalho cognitivo que está relacionado com a experiência a fim de associar a teoria como uma ação libertadora. Para hooks (2017), a conscientização das opressões, muitas vezes, não garante a existência de uma ação ou projeto transformador, entretanto uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer o termo, vivendo práticas significativas e atuações resistentes contra estruturas opressoras.

Faz bastante tempo que busco dar nome à minha dor. A experiência do racismo na sociedade brasileira é intensa e marcada por tensões que envolvem exploração de classe, processos sexistas, a fetichização do corpo preto como objeto de consumo, políticas de capital, silenciamento e apagamento do preto no ambiente de trabalho, etc. No universo das Artes da

Cena, sobretudo na dança, o racismo se apresenta em forma a ausência categórica de professores e artistas pretos e de uma ideia das danças de matrizes africanas como manifestações folclóricas feitas por pretos em ambiências rituais. Estas danças nomeadas de danças afro-brasileiras são qualificadas como processos étnicos, anônimos e ritualísticos. E, muitas das vezes, nos ambientes universitários de produção da dança não se considera uma dança produzida por pretos na contemporaneidade.

Ao longo deste artigo, portanto, buscamos identificar algumas estratégias para descolonizar os modos de produção de pensamento sobre a dança no contexto universitário. Os processos vinculados com as estratégias de aquilombamento são urgentes e não é possível apreender a natureza do epistemicídio sem situá-la em um contexto social mais amplo: o racismo estruturado e historicamente arraigado à experiência do preto no Brasil.

A imagem do quilombo na experiência universitária é um primeiro passo para começarmos a desenvolver a ideia de uma dança complexa baseada na relação entre pretos: uma dança preta. Ao tratarmos, portanto, de uma experiência de dança preta desejamos instaurar um lugar transgressivo a partir do olhar do preto sobre o preto.

* * *

REFERÊNCIAS

AQUINO, Dulce. Dança e Universidade: Desafio a Vista. In.: PEREIRA, Roberto & SOTER, Silvia (orgs.). **Lições de Dança 3**. Rio de Janeiro: Lidador, 2001.

CESAR, Layla Jorge Teixeira; NETO, Joaquim José Soares. O MESPT e a contra colonização da Universidade. **Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, v. 22, n. 1, p. 116-141, jul. 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Beatriz. My Internal Blackness. **Journal Village Voice**, New York, 1982.

_____. O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In.: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlantica**. São Paulo: Instituto Kuanza, p. 117-125, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significados**. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia** – Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemonicas, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em abril de 2020.

Publicado em junho de 2020.